

Por uma democracia verdadeiramente popular

Publicado em: 08/08/2007

Por Lizandra Serafim*

"O modelo de democracia que fundamenta essa concepção de agências reguladoras torna o debate público sobre questões públicas muito restrito"

As agências reguladoras que existem atualmente no Brasil foram implementadas no país a partir da reforma do Estado, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Elas se baseiam em um modelo que privilegia a tomada de decisões através de técnicos que, teoricamente, seriam isolados de pressões "políticas". Isso seria garantido com a adoção de mecanismos como, a independência administrativa, a autonomia financeira, a ausência de subordinação hierárquica e o mandato fixo de seus dirigentes.

Isso significaria que estes técnicos, imbuídos de espírito público e não sujeitos a pressões políticas, tanto por parte de empresas do setor regulado, como do governo e da sociedade civil, tomariam decisões neutras. Desta forma, atenderiam com o máximo de eficiência o interesse público, sem correr riscos de cooptação, sendo imunes aos lobbies de empresas e vontades de governos específicos. Esta é uma concepção de administração pública que prioriza a eficiência em detrimento da legitimidade das decisões. A técnica sendo superior aos processos políticos.

No entanto, é importante destacar que esse modelo vem sendo criticado por diversos atores da sociedade civil comprometidos com um modelo mais profundo de democracia. Isso porque estes atores vêem como central a participação ampla da sociedade na definição das ações do Estado. O modelo de democracia que fundamenta essa concepção de agências reguladoras torna o debate público sobre questões que interessam toda a sociedade (já que se trata de serviços públicos) muito restrito. E é preciso destacar que decisões restritas a um corpo técnico não estão sujeitas à responsabilização pública e ao controle social, porque utilizam o argumento da neutralidade e da primazia técnica.

Nós, fóruns, movimentos e outras entidades da sociedade civil envolvidos na Mobilização por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa, compreendemos que as agências reguladoras deveriam estar abertas à participação popular efetiva em sua tomada de decisões, já que deliberam sobre serviços públicos que devem atender aos interesses da população.

Estes deveriam ser espaços fundamentais de interlocução entre Estado e sociedade. No entanto, estas agências são permeáveis a influências políticas por parte das

próprias empresas reguladas, que têm mais poder de influência, seja por questões financeiras ou mesmo por acesso privilegiado a informações ou domínio da técnica.

Os mecanismos de transparência e diálogo que existem atualmente na maioria das agências (consultas e audiências públicas e ouvidorias) são insuficientes para gerar um debate público abrangente. Além disso, não garantem que as decisões tomadas levem em conta o interesse público. A abertura dessas agências à ampla participação da sociedade, fornecendo subsídios para que isso ocorra da maneira mais abrangente possível, é a maior garantia de que elas irão trabalhar em nome do interesse público, defendendo a igualdade, a universalidade, a diversidade, a justiça e a liberdade; além de evitar essa captura por interesses privados, que ironicamente o modelo atual justifica ser o motivo para isolá-las dos processos políticos.

A Mobilização por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa coloca como proposta para as agências reguladoras e todos os órgãos e instituições do Estado: o aprofundamento da transparência, por meio da disponibilização de informações de maneira adequada tanto no que diz respeito à linguagem utilizada como na garantia do acesso universal a estas informações; a criação e o aprofundamento de mecanismos de participação, deliberação e controle social; a ampliação de espaços públicos de debate; e a garantia de mecanismos para o efetivo compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade.

**:Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar em 2004. Mestranda em Ciência Política na UNICAMP, com o tema de reforma do Estado, participação da sociedade civil e controle social. Integra a equipe de Participação Cidadã do Instituto Pólis*